



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 11 de junho de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram os vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Raymara Carvalho Lima Cruz, Renata Sousa Nascimento, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Whallassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausente: Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa. Ante a ausência momentânea do primeiro e segundo-secretários, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Whelberson Lima Brandão, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, solicitara ao vereador Aurélio Gomes da Silva que assumisse os trabalhos da Secretaria. Verificado quórum regimental, o vereador Aurélio Gomes da Silva procedeu à leitura dos versículos de 1 a 5 do capítulo 15 do livro de *Salmos da Bíblia Sagrada*. Logo depois, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, declarou aberta a 45ª Sessão Ordinária do 1º Período da 20ª Legislatura e autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da ata da sessão anterior, ocasião em que o vereador Rubem Lopes Lima solicitou dispensa do procedimento, proposta que foi aceita, quando o primeiro-presidente submeteu a votação o referido documento, que foi aprovado pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário interino, Aurélio Gomes da Silva, a proceder à leitura da correspondência recebida, quando este informou que não a havia. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário interino, Aurélio Gomes da Silva, que se sucedeu do primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação e encaminhamento à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação dos Projetos de: Lei Ordinária nº 58/2025, de autoria do vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, que "Cria o selo "Empresa Amiga da População em Situação de Rua" no município de Imperatriz - MA e dá outras providências; e Decreto Legislativo nº 17/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que "Outorga o Título de Cidadã Imperatrizense à Srª Carmelita Fortes". Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, determinou o encaminhamento das mencionadas matérias às referidas Comissões Permanentes. A seguir, com base no artigo 287, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imperatriz, o primeiro-vice-presidente, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, anunciou a realização de Tribuna Popular em que se manifestaria o presidente da Rio Anil Transporte e Logística Ltda., José Vilson, sobre a problemática do transporte público de Imperatriz. Ao se dirigir à Tribuna, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, reportou-se a referência,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

em sessão anterior, à problemática do transporte coletivo de passageiros em Imperatriz, a propósito do que, com o auxílio da projeção de dados e imagens, explicou que o sistema de transporte em operação na cidade era de caráter urbano. A esse respeito, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, frisou considerar pertinente e de extrema importância que tal temática fosse discutida de forma contínua e não apenas em situações de paralisação ou colapso do serviço. Assinalou haver aceitado o convite para participar pessoalmente da audiência, ressaltando haver solicitado a possibilidade de apresentar, de forma breve, informações relevantes, tanto aos presentes quanto àqueles que acompanhariam a sessão pela transmissão *online*, defendendo que, quanto maior a informação, menor a especulação. Em seguida, explicou que a malha viária urbana de Imperatriz, atualmente operada pela empresa, abrangia o perímetro urbano da cidade, destacando que, naquele momento, o foco recairia exclusivamente sobre essa área, não incluindo a região metropolitana. Informou que o sistema contava com 14 linhas ativas, as quais, por vezes, sofriam alterações em virtude de planejamento ou de intervenções necessárias, como obras de pavimentação, reparos em vias ou manutenções de redes de esgoto, exigindo desvios e readequações operacionais. Determinou que essas linhas cobriam, mensalmente, cerca de 360 mil quilômetros de operação, sendo o somatório das extensões das linhas equivalente a 392 quilômetros. Contudo, advertiu que existia sobreposição de trajetos, principalmente nas áreas centrais, o que inviabilizava a simples soma das extensões para aferir a malha real. Informou, então, que, descontadas as sobreposições, o sistema abrangia efetivamente 172 quilômetros de vias utilizadas, dos quais 101,7 quilômetros eram de competência municipal, enquanto o restante se distribuía entre jurisdição estadual e federal. Em relação a esses 101,7 quilômetros, declarou que cerca de 17 quilômetros apresentavam desafios significativos para a operação, dos quais sete quilômetros estariam em condições inapropriadas para o tráfego de ônibus, ainda assim sendo operados para manutenção do atendimento à população. Acrescentou que a eficiência do sistema operava, no momento, em 87%, percentual superior ao mínimo nacional aceitável, que seria de 70%, embora, na primeira quinzena de janeiro, o índice houvesse caído drasticamente para 38% em razão das fortes chuvas, configurando o período mais crítico enfrentado pela empresa, segundo sua memória. A seguir, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, ilustrou o esforço empregado para superar tal crise, comparando a situação a um ditado de família que enfatizava a necessidade de trabalho contínuo: “a vaca não dá leite, é preciso ordenhar”. Enfatizou, assim, que atuava pessoalmente em terminais e pontos de integração, principalmente de madrugada, garantindo o pleno restabelecimento da operação. Prosseguindo, informou que, como medida de mitigação de transtornos aos usuários, a empresa disponibilizava, de forma gratuita, o aplicativo “Meu Ônibus Imperatriz”, que indicava a localização do passageiro, os pontos de ônibus mais próximos e o tempo de espera até o próximo veículo, incluindo o número do ônibus. Contudo, lamentou que muitos usuários desconhecem ou não utilizassem o recurso, o que resultava em insatisfação, especialmente em locais sem estrutura de abrigo contra sol ou chuva. Logo depois, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, abordou, ainda, as vias consideradas mais críticas para a operação,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

ressaltando não fazer tal apontamento em tom de crítica, mas como demonstração dos desafios enfrentados. Destacou, entre outras, a Rua Itaipu (Vila Nova), Rua Tupinambá, Dom Marcelino, Avenidas Constelações, Bayma Júnior, Sálvio Dino, Marechal Hermes, Caiçara, Liberdade (Bairro Ipiranga), Silvino Santis, Newton Belo, Padre Cícero, Principal do Conjunto Residencial Itamar Guará, além da Rua Bayma Júnior, na região do Centro Novo, que já se encontrava em processo de recuperação. Informou que a lista completa seria deixada à disposição dos vereadores, junto com o cronograma de pavimentação discutido em reuniões com a Secretaria de Infraestrutura - Sinfra. Nesta ocasião, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, assinalou como situação especialmente delicada o Bairro Vila Conceição, classificado como área rural, cuja estrada carroçável inviabilizava qualquer operação segura: durante o período chuvoso, transformava-se em lamaçal; na estiagem, em via esburacada, causando sérios danos aos veículos. Comentou, a esse respeito, que, segundo informações recebidas, anos atrás a empresa Suzano teria proposto a pavimentação privada do trecho, oferta que, por motivos desconhecidos, fora recusada, permanecendo a localidade sem a melhoria viária necessária, ainda que servisse de ligação entre a Estrada do Arroz e a BR-010, trajeto de interesse logístico para a própria empresa de celulose. Em seguida, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, enfatizou que, no momento, o maior desafio operacional dentro do perímetro urbano de Imperatriz consistia na situação da Vila Conceição, razão pela qual fez questão de destacar tal questão. Informou, ainda, que, visando aprimorar a acessibilidade dos usuários, fora implantado, já em 2025, o aplicativo Recarga Pay, adquirido pela empresa e utilizado apenas nos maiores sistemas de transporte do Brasil e da Argentina. Explicou que, por meio desse recurso, o passageiro poderia, gratuitamente e a partir de um celular, adquirir créditos para o cartão de usuário, dispensando a necessidade de deslocar-se até o terminal de integração, como ocorria até o ano de 2024, quando tal procedimento gerava longas filas e numerosas reclamações. Salientou que a superação dessa situação exigira alto investimento e articulação, mencionando reunião realizada ainda no final de 2024 com o prefeito eleito, doutor Hildo, o qual, segundo relatou, mostrara-se bastante transparente e o aconselhara a não desistir da cidade, assegurando a auditoria do contrato vigente e o levantamento de todos os valores pendentes de repasse do município à empresa. A esse respeito, ressaltou que, enquanto a antiga operadora VBL interrompera suas atividades por conta de uma dívida municipal de R\$ 1,3 milhão, a Ratrans enfrentava, sem paralisações, um débito de R\$ 40,7 milhões, sem juros ou atualização monetária, herdado da gestão anterior. Reiterou, contudo, que jamais utilizara essa dívida como justificativa para os desafios enfrentados na operação. Acrescentou que, além do Recarga Pay, novas facilidades haviam sido implantadas em 2025, como o Pix, já em funcionamento desde março, e a instalação de **totens** e validadores nos próprios ônibus, permitindo a aquisição de passagens por meio de pagamento instantâneo, o que considerou um grande avanço para os usuários. Assinalou que tais melhorias só foram possíveis graças ao diálogo constante e à confiança mútua entre a concessionária e o poder público, frisando que a confiança, a seu ver, deveria ser recíproca para garantir investimentos, renovação de frota e modernização do serviço.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Informou que, somente no ano de 2025, haviam sido colocados em circulação nove ônibus novos, de cor azul padronizada, facilmente identificáveis por qualquer cidadão que se dirigisse ao terminal de integração. Prosseguindo, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, relatou que, entre as modernizações implementadas, destacava-se a bilhetagem eletrônica e a adoção de biometria facial, substituindo o antigo sistema de tickets em papel, que classificou como obsoleto para uma cidade do porte de Imperatriz. Contou que o sistema de biometria fora idealizado em 2016, mas enfrentara retrocessos nos anos seguintes em virtude de um cenário de inadimplência e de problemas de infraestrutura viária, o que obrigara a empresa a frear investimentos até a definição de um cronograma mais estável. Mencionou, ainda, que o contrato de concessão vigente se estenderia até o ano de 2061, o que, em suas palavras, impunha responsabilidades que não admitiam decisões baseadas em interesses emocionais ou políticos, visto que tal responsabilidade impactava diretamente na rotina de trabalhadores, estudantes e demais usuários do transporte público. Ressaltou a importância de apresentar tais informações em tom de esclarecimento, e não de crítica, reforçando que mantinha pautas e agendas abertas para discussão conjunta com o Poder Legislativo e o Executivo, a fim de buscar melhorias que envolvessem tanto a concessionária quanto o município. Na sequência, reiterou a relevância do pix para facilitar o pagamento das passagens e voltou a abordar a necessidade de rever o modelo do sistema **terminal integrado**. A esse respeito, explicou que Imperatriz contava atualmente com apenas uma linha **interbairros**, a linha 115, que atendia os Conjuntos Habitacionais Sebastião Regis e Itamar Guará, criada especificamente para evitar que os usuários precisassem trocar de ônibus no terminal de integração, o qual, segundo destacou, encontrava-se superutilizado e saturado, especialmente nos horários de pico. Recordou que estudos anteriores, em conjunto com a Secretaria de Trânsito, haviam demonstrado que grande parte dos passageiros oriundos dessas regiões se deslocava para destinos além do terminal central, o que justificara a criação da linha 115. Argumentou que o terminal de integração não fora projetado para comportar a demanda atual de ônibus e usuários, situação que, inclusive, já resultara em acidentes graves, com registro de óbito, motivo pelo qual a empresa respondia judicialmente. Sustentou que o crescimento do sistema de transporte dependia, necessariamente, de maior capilaridade e da diversificação dos pontos de integração, enfatizando que uma cidade do porte de Imperatriz não poderia se contentar com um único terminal, sendo necessário, no mínimo, três, idealmente quatro, para absorver o fluxo de passageiros, especialmente diante da expansão constante de novos bairros, cujos moradores também demandavam atendimento regular pelo transporte coletivo. Instantes depois, o representante da concessionária do transporte público expôs, ainda, que os ônibus, na atual condição, não possuíam viabilidade para trafegar pelo centro da cidade, visto que o terminal se encontrava superlotado, sem comportar mais veículos, razão pela qual ressaltou a necessidade de buscar soluções conjuntas para promover a capilarização da integração no município. Destacou que, no ano de 2025, estava em execução uma reforma de infraestrutura no terminal de integração, realizada pela concessionária, cujas melhorias, embora não diretamente vinculadas ao transporte, repercutiriam no bem-estar e na



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

saúde dos usuários. Informou que foram reformados os dois banheiros, que se encontravam em condições precárias há anos, e que estes passaram a oferecer condições dignas e limpas. Comunicou ainda que a quantidade de bancos estava sendo dobrada e que a meta era concluir tais intervenções antes do aniversário da cidade de Imperatriz, reforçando a confiança no projeto de mobilidade urbana em desenvolvimento. Informou que toda a frota de ônibus se encontrava equipada com rastreamento em tempo real via GPS, possibilitando o monitoramento da localização, velocidade, pontos de congestionamento, colisões, problemas de trafegabilidade, acidentes ou falhas mecânicas, informações estas acompanhadas pelo Centro de Controle Operacional da empresa e espelhadas à Prefeitura, em cumprimento contratual. Destacou que os dados viabilizavam o planejamento e a avaliação da eficiência do serviço. Afirmou que a desinformação gerava especulação indevida, frisando que críticas infundadas, sem embasamento em indicadores concretos, não contribuíam para o aprimoramento do sistema. Ressaltou que, além do rastreamento, todos os veículos dispunham de monitoramento por câmeras: uma voltada para a via, para apuração de denúncias de não parada em pontos de embarque, e outras voltadas para o interior dos coletivos, visando à segurança do condutor e dos passageiros, sistema que já solucionara diversas ocorrências. Prosseguindo, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, apresentou os principais desafios enfrentados pelo transporte público municipal, apontando três fatores críticos: a precariedade da pavimentação, a baixa velocidade operacional devido a congestionamentos e a necessidade de equilíbrio contratual entre receita e custo de operação, condição essencial para viabilizar investimentos. Sugeriu a implementação de corredores interbairros para reduzir a concentração de veículos nas avenidas principais, mencionando experiência exitosa similar em São Luís. Propôs ainda a ampliação da rede de terminais de integração em Imperatriz e recomendou a criação de uma comissão mista de transporte, composta por representantes do Legislativo, Executivo e da concessionária, a fim de discutir e solucionar problemas de forma ágil, prevenindo transtornos operacionais. Relatou, em tom pessoal, o histórico de seu envolvimento com o transporte público local, desde sua vinda para Imperatriz em 2015, a convite do então prefeito Sebastião Madeira, destacando o potencial da cidade e a confiança que depositara no projeto. Lembrou que, à época, a empresa anterior abandonara o sistema por dívida de aproximadamente R\$ 1,5 milhão, e que a precariedade da pavimentação impactava diretamente nos custos de manutenção, comprometendo a sustentabilidade do serviço. Para ilustrar a complexidade do setor e o desafio de se manter um sistema viável, comparou o contexto de Imperatriz a outras cidades. Citou o caso de Timon, que tentara licitar o transporte nove vezes sem interessados; Açailândia, com frota reduzida a dois ônibus; Santo Inês, onde o serviço faliu; Araguaína, com dificuldades semelhantes; e Palmas, onde, além da receita de passageiros, o município subsidiava mais de R\$ 16 milhões mensais para manter 140 veículos operantes. Apontou que Timon, menor que Imperatriz, subsidiava mensalmente R\$ 3,5 milhões para operar 40 ônibus, enquanto em Imperatriz a receita total, somando subsídio e bilhetagem, alcançava apenas R\$ 1,15 milhão, resultando em uma remuneração por veículo de R\$ 28.750, frente a um custo operacional mensal de R\$ 2,17 milhões. Sublinhou que



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

o reequilíbrio financeiro do contrato era imprescindível para a continuidade dos serviços e novos investimentos, como a aquisição de 20 ônibus zero quilômetro e a climatização integral da frota. Reafirmou que toda a documentação comprobatória fora encaminhada à Prefeitura e que aguardava avaliação e medidas cabíveis, reiterando sua confiança na recuperação do sistema de transporte público municipal. Por fim, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, comprometeu-se a deixar na Câmara sugestões de locais para estudo de novos terminais de integração, reafirmando que a expansão do transporte coletivo dependia diretamente dessa infraestrutura. Agradeceu a atenção de todos e colocou-se à disposição para responder aos questionamentos e participar do debate sobre políticas públicas de mobilidade em Imperatriz. Logo depois, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos dirigiu-se ao presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, a quem reconheceu pela explanação inicial, que, segundo ponderou, mais se assemelhara a uma verdadeira aula de história da árvore genealógica da empresa. Comentou que acompanhara atentamente as informações prestadas, demonstrando compreensão acerca das justificativas apresentadas. Em seguida, asseverou que, ao tratar do tema, o gerente também estendera críticas a usuários que, em sua visão, incluíam igualmente esta Casa Legislativa, ao insinuar que muitos falavam sem o devido conhecimento de causa. Declarou entender, contudo, que caberia à empresa respeitar os usuários, ressaltando que não se poderia exigir deles domínio sobre questões administrativas, sobretudo diante dos transtornos vivenciados pela comunidade. Prosseguindo, afirmou não acreditar que a empresa permanecesse atuando em Imperatriz movida apenas por amor, enfatizando que, assim como ele próprio, na qualidade de pequeno empresário, não permaneceria em atividade sem garantias mínimas de retorno financeiro. Lembrou, a esse respeito, a menção feita pelo gerente a um montante de quarenta milhões de reais oriundos de gestão anterior, valor que, segundo avaliou, justificaria a manutenção da operação em silêncio, apontando existir, portanto, algum acordo de bastidor que não interessava diretamente à população. Destacou, assim, que o que realmente importava à sociedade era conhecer os ganhos efetivos da concessionária e as tratativas em curso com a nova gestão municipal, para que se pudesse assegurar um transporte público digno e compatível com a condição de Imperatriz como a segunda maior cidade do Estado do Maranhão. Por fim, o parlamentar Rodrigo Silva de Medeiros Passos advertiu que, caso a empresa não demonstrasse viabilidade para prestar o serviço com a qualidade devida, deveria ser aberto um novo certame licitatório, manifestando convicção de que outra empresa certamente se interessaria em atuar no município, viabilizando, dessa forma, o verdadeiro renascimento do transporte público, como, segundo sublinhou, era o anseio de toda a população. Na sequência, o vereador Whalassy de Oliveira Barros afirmou ter algumas observações a fazer com base em falas do senhor José Gilson, principalmente no que se referia às soluções apresentadas. Comentou que, sempre que a Ratrans era convocada para dialogar com o Legislativo, repetiam-se promessas de resolutividade, esperança e sonhos de melhoria, porém, segundo destacou, tais discursos não contemplavam a realidade enfrentada pelos usuários. Ressaltou, nesse sentido, que a dona Joana, que aguardava em uma parada de ônibus para retornar para casa, não se preocupava



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

com as expectativas da empresa, tampouco o senhor José, que, após um dia exaustivo de trabalho, precisava apenas da mobilidade urbana para chegar ao lar. Indagou, então, como a empresa pretendia, de fato, resolver o transporte público de Imperatriz, enfatizando que sua preocupação não se voltava para a Ratrans, mas, sim, para a população carente de um serviço de qualidade. Prosseguindo, opinou que, naquele momento, o debate deveria ser sobre a gratuidade do transporte para famílias em situação de vulnerabilidade, mas, em vez disso, discutia-se uma dívida. Reconheceu ser prejudicial para o empresário não dispor de recursos para reinvestir na melhoria do serviço, mas ponderou que, caso a empresa não tivesse condições de manter a operação, deveria abrir espaço para outra que assumisse essa responsabilidade. Na oportunidade, corrigiu e parafraseou uma fala anterior do gerente, reprovando a expressão usada para se referir a quem não entendia "droga nenhuma", classificando tal colocação como um grande desrespeito para com a Câmara, com a população e com o cidadão imperatrizense que não dispunha de acesso adequado ao transporte público. Destacou que o cidadão comum queria apenas pagar sua passagem e poder voltar para casa para descansar, não se importando com as dívidas da empresa ou da prefeitura. Enfatizou que, se não fosse possível custear o serviço apenas com as passagens, ou sem contrapartida do Município, então que não se prestasse o serviço de forma precária. Além disso, o vereador Whalassy de Oliveira Barros corrigiu outra fala do gerente sobre a VBL, esclarecendo que tal empresa não saíra de Imperatriz por conta própria, mas fora expulsa mediante o movimento popular "Fora a VBL", que mobilizara toda a cidade e região, em virtude das condições insatisfatórias do serviço prestado. Reconheceu, ainda, a existência de burocracias e a necessidade de a empresa receber os valores devidos pela prefeitura, considerando tal direito justo para garantir o funcionamento do transporte coletivo. Contudo, frisou que era essencial apresentar soluções efetivas, pois, caso se permanesse apenas na retórica da esperança, não se avançaria no debate. Finalizou defendendo que, se necessário, a empresa ingressasse judicialmente para cobrar os valores devidos e que se abrisse espaço para uma nova concessionária, capaz de oferecer à população o transporte público de qualidade que Imperatriz tanto necessitava. A seguir, o vereador João Ferreira da Gama Júnior dirigiu questionamentos ao representante da empresa Ratrans, voltados especialmente à parte financeira da operação do transporte público em Imperatriz. Inicialmente, solicitou esclarecimentos sobre o débito de quarenta milhões de reais mencionado, indagando de que período se originava tal dívida, se era referente integralmente à gestão anterior ou se também incluía débitos da gestão atual, além de querer saber qual o montante devido pela administração municipal no presente momento. Em seguida, comentou sobre os pontos críticos no sistema de transporte coletivo, retomando observações feitas pelo diretor da Rio Anil Transporte e Logística Ltda., José Vilson, que afirmara ser humanamente impossível atuar na cidade, nas condições atuais, sem apoio estrutural. Afirmou que seu compromisso era com a população, frisando estar no Parlamento em decorrência do voto daqueles que utilizavam o transporte público e, portanto, tinha o dever de lutar por um serviço de qualidade. Logo depois, o edil João Ferreira da Gama Júnior relatou que algumas vias problemáticas vinham recebendo melhorias pela Secretaria



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Municipal de Planejamento Urbano (Seplu), conforme reivindicações apresentadas, e que, ao todo, seriam cerca de dez pontos críticos a serem corrigidos, como fora levantado em pesquisas e visitas. Destacou acreditar que tais obras contribuiriam para a melhoria do serviço. Aproveitou para frisar uma questão central de sua região, a Grande Vitória e Itamar Guará, que também era representada por sua colega vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz. Relembrou ter apresentado um projeto, em conjunto com o vereador Rony, visando à implantação de uma nova integração na área da antiga rodoviária. Explicou que, atualmente, o passageiro do Conjunto Vitória precisava deslocar-se até o centro para depois seguir ao destino, o que congestionava o fluxo e tornava o trajeto demorado e oneroso para a empresa. Defendeu que a nova integração na rodoviária velha permitiria que os ônibus operassem num eixo mais curto, reduzindo custos e otimizando o serviço. O vereador João Ferreira da Gama Júnior prosseguiu enfatizando a necessidade de compreender como se dava a contrapartida entre município e empresa, apontando que reconhecia o sucateamento da frota, constatado em visitas à oficina, e reforçou ter solicitado a renovação dos veículos para que, uma vez entregues os novos ônibus à população, a Câmara pudesse cobrar efetivamente a parte que competia ao Município. Ressaltou que não bastava responsabilizar apenas a empresa pelo serviço deficiente se a contrapartida municipal prometida não fosse cumprida. Questionou ainda como se daria o custeio do serviço considerando a arrecadação com as passagens pagas pelo cidadão, ponderando que era necessário garantir equilíbrio entre o que a Prefeitura devia e o que era arrecadado junto aos usuários, para que o transporte não chegasse a um colapso, sob pena de comprometer o atendimento à população. Reiterou que, embora reconhecesse a geração de emprego e renda proporcionada pela empresa, desejava informações claras sobre quantos postos de trabalho eram mantidos e quantas famílias dependiam diretamente dessa operação. Por fim, o parlamentar João Ferreira da Gama Júnior ressaltou que permaneceria cobrando respostas e soluções, declarando não acreditar que uma empresa arcasse com quarenta milhões de reais de prejuízo sem compensações indiretas ou outras formas de equilíbrio financeiro. Concluiu destacando que era dever da Câmara e do Executivo assegurar a estrutura necessária para que o transporte público atendessem dignamente a população de Imperatriz. Na Tribuna Popular, o vereador Adriano Lima Brito iniciou sua fala cumprimentando a população presente na galeria da Câmara Municipal e os que acompanhavam pelas redes sociais. Antes de tratar especificamente do mérito da questão do transporte público, fez uma crítica à forma como a Tribuna fora organizada, pontuando que, apesar da relevância do tema para a sociedade imperatrizense, o público usuário do transporte coletivo não estava presente, tampouco houvera sido devidamente convidado para expor suas demandas diretamente. Questionou ainda a ausência de representantes da Prefeitura, destacando que, sendo o transporte público um serviço de responsabilidade do Executivo, era essencial a presença do titular da pasta competente para debater conjuntamente com a empresa concessionária e com os vereadores. Assinalou que tal ausência e a falta de divulgação adequada da sessão demonstravam uma falha da própria Câmara Municipal, pedindo que se corrigisse esse ponto em futuras convocações. Ao entrar no mérito do transporte coletivo,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

afirmou que grande parte das falas anteriores já contemplava seus questionamentos, mas reforçou observações próprias. Relatou que, diante das inúmeras denúncias recebidas em seu gabinete e em suas redes sociais sobre a precariedade do serviço, realizou visita à empresa para fiscalizar in loco, ocasião em que foi atendido pelos funcionários, na ausência do diretor presente na Tribuna. Ressaltou que essa fiscalização confirmou que os problemas apontados pelos usuários são reais e não invenções. Destacou que, em sua análise, a fala do diretor da empresa apontara a falta de infraestrutura por parte da Prefeitura como causa central para a deficiência do transporte público em Imperatriz. Mencionou também o aspecto financeiro exposto pelo representante da Ratrans, segundo o qual a operação estaria deficitária, não sendo mais viável economicamente para a empresa. Questionou como uma empresa privada, cujo objetivo é o lucro, se manteria em atividade diante de um prejuízo mensal, conforme os dados apresentados: um custo operacional de aproximadamente dois milhões de reais, frente a uma arrecadação de cerca de setecentos mil reais com passagens e mais quatrocentos e cinquenta mil reais de subsídio municipal, resultando em um déficit de quase um milhão de reais mensais. Por essa razão, o edil Adriano Lima Brito solicitou que o diretor esclarecesse como a empresa conseguia manter suas atividades diante desse desequilíbrio financeiro. Enfatizou que a Câmara não estava apenas para debater ou cobrar, mas também para construir soluções junto aos envolvidos, reiterando que o objetivo maior era atender à população que necessita e merece um transporte público de qualidade. Finalizou reafirmando seu compromisso em buscar, junto aos demais vereadores e à gestão municipal, alternativas viáveis para resolver a crise do transporte coletivo em Imperatriz. Instantes depois, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado reafirmou que a gestão municipal é continuada, motivo pelo qual os débitos acumulados com a empresa concessionária do transporte coletivo, oriundos de gestões anteriores, devem estar sendo devidamente auditados e, havendo comprovação de prestação de serviço, serão pagos pela administração atual. Pontuou que um dos fatores essenciais para a melhoria do transporte urbano em Imperatriz é a existência de uma malha viária mais adequada, fato que, segundo ela, é de conhecimento de todos. Recordou que, ainda no início do ano, em janeiro, o senhor Gilson, representante da Ratrans, fora convidado para uma reunião na Câmara, ocasião em que expôs a situação da empresa, parte da qual reiterara na presente Tribuna Popular. Destacou que a principal preocupação dos vereadores e da população é quanto à ampliação e à qualidade do serviço prestado, principalmente para os moradores da zona rural, que frequentemente a procuram com reivindicações. Citou especificamente o exemplo do Cacauzinho, onde os moradores há muito tempo não contam com ônibus, bem como as comunidades Vila Conceição I e II, cujos acessos e linhas também carecem de melhoria. Reforçou que, embora a questão de lucro ou prejuízo da empresa seja uma negociação de natureza empresarial a ser resolvida com o poder público, o interesse do Legislativo é obter respostas concretas sobre planos de expansão do serviço e contrapartidas que possam garantir mais ônibus em circulação, visando atender às deficiências já identificadas. Relatou também uma demanda recorrente da população do Jardim Oriental e de outros bairros: a falta de paradas de ônibus adequadas,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

obrigando os usuários a se abrigarem atrás de postes ou árvores. Propôs a viabilização de parcerias com o setor privado para a construção de paradas de ônibus dignas, inclusive climatizadas, como se observa em grandes capitais, destacando que Imperatriz possui empresas com capacidade de participar de tais projetos. Indagou, assim, se a implantação de paradas de ônibus melhor estruturadas poderia ser desenvolvida pela própria empresa concessionária, dentro de sua concessão, ou se dependeria exclusivamente do Poder Público, solicitando que o assunto fosse avaliado pelos presentes. Ressaltou que tal ação representaria uma resposta imediata de acolhimento e melhoria para os usuários do transporte público, além de contribuir para uma identidade visual mais organizada da cidade. Por fim, a parlamentar Rosângela Aparecida Barros Curado afirmou entender que, na atual gestão, os repasses à empresa estariam sendo efetuados regularmente, razão pela qual reforçou o apelo para que se discuta a viabilidade de se iniciar o projeto das paradas de ônibus, oferecendo, assim, um local adequado para a população aguardar o transporte urbano de Imperatriz. Na Tribuna Popular, o vereador Wanderson Manchinha Silva Carvalho fez uso da palavra de forma breve para reforçar questionamentos já abordados por outros parlamentares, solicitando esclarecimentos do representante da empresa Ratrans quanto à situação atual da dívida acumulada junto ao município. Indagou se tal débito encontra-se judicializado e como está sendo tratado. Em seguida, questionou, ainda, se na nova gestão, iniciada em 1º de janeiro do corrente ano, já houvera algum tipo de acordo ou pagamento por parte do Poder Executivo Municipal, solicitando que, havendo repasses, o valor fosse informado à sociedade para maior transparência. Encerrando sua manifestação, agradeceu ao presidente pela oportunidade de fala. Ao voltar a fazer uso da palavra, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, apresentou esclarecimentos a respeito da manutenção das operações da empresa, destacando que a principal deficiência atual reside na ausência de investimentos em frota. Esclareceu que, conforme planejamento ideal, seriam necessários investimentos anuais para aquisição de, no mínimo, seis ônibus novos, o que representaria um aporte de aproximadamente seis milhões de reais, divididos em parcelas mensais de quinhentos mil reais destinados exclusivamente à renovação da frota de Imperatriz. Comentou, ainda, que a Rio Anil Transporte e Logística Ltda. - Ratrans era empresa de grande porte, preparada estruturalmente para enfrentar tanto períodos de prosperidade quanto cenários de crise, operando com planos de contingência (A, B, C, D) para manter o serviço mesmo em situações adversas, como contratos irregulares ou inadimplências. Em relação à pavimentação urbana, ressaltou que o problema se consolidou ao longo de muitos anos, culminando em uma situação de extrema precariedade em janeiro do corrente ano, quando a eficiência do sistema chegou a apenas 38%, percentual classificado por ele como indicativo de colapso operacional. Observou, contudo, que já é perceptível o início de melhorias, com frentes de trabalho de reaparelamento em curso, reafirmando a confiança da empresa na recuperação gradativa do cenário, mantendo a concessão por prazo suficiente para reverter os prejuízos atuais. O presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, reiterou sua proposta de formação de uma comissão mista, composta por representantes do Legislativo, Executivo e da própria Concessionária, com o



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

objetivo de analisar casos concretos e indicadores objetivos de falhas operacionais, substituindo críticas genéricas por dados precisos que possibilitem intervenções eficazes. Sobre a construção e manutenção de paradas de ônibus, explicou que, em muitas cidades, a solução mais viável para áreas centrais é a adoção de parcerias público-privadas, nas quais empresas privadas financiam abrigos padronizados, geralmente orçados entre 27 a 30 mil reais cada, em contrapartida à permissão de explorar publicidade no local até a amortização do investimento. Para regiões periféricas, onde a iniciativa privada não encontra viabilidade comercial, recomendou a busca por recursos federais, disponíveis via Ministério das Cidades ou Ministério dos Transportes, com vistas a suprir as carências de infraestrutura de pontos de parada. Encerrou informando que o sistema de transporte coletivo de Imperatriz opera atualmente com 301 pontos de ônibus distribuídos na malha urbana. A esse respeito, o diretor de Ratrans, Jose Gilson Caldas Neto, detalhou a distribuição dos 301 pontos de ônibus no sistema de transporte de Imperatriz, explicando que aproximadamente 80 destes se encontram no perímetro central da cidade, abrangendo a área entre a BR-010, a Avenida Bernardo Saião e o Terminal de Integração Dorgival, enquanto os outros 220 pontos estão localizados fora da região central. Sobre a questão do débito existente, reforçou que, em momento algum, utilizou a situação como justificativa para os problemas enfrentados e que o prefeito Rildo Amaral agiu de forma transparente ao informar que a dívida, originada desde novembro de 2019, está em processo de auditoria para verificar a sua real existência e natureza. Confirmou que, desde janeiro deste ano, o município está adimplente quanto às obrigações previstas no contrato de concessão. Por fim, o diretor de Ratrans, Jose Gilson Caldas Neto, informou que já apresentou planilhas detalhadas dos custos operacionais do sistema e solicitou uma revisão contratual, pois o valor atualmente arrecadado não é suficiente para cobrir os custos da operação do Sistema de Transporte Público de Imperatriz. Nesta oportunidade, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, observou que, embora a Tribuna Popular estivesse inicialmente prevista para 30 minutos, o tema abordado era bastante complexo e merecia ser aprofundado, sugerindo a realização de uma audiência pública para estender a discussão ou, alternativamente, a convocação de uma reunião na comissão temática competente. Destacou que vereadores, jornalistas e a população em geral possuem diversas dúvidas relativas à empresa responsável, às linhas, horários e qualidade do transporte coletivo. Por isso, propôs que se amplie o debate com a participação da empresa Ratrans, já convidada e que demonstrou disponibilidade para prestar esclarecimentos detalhados. A esse respeito, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu espaço para sugestões quanto à data da audiência pública ou reunião, reforçando a necessidade de continuar a busca por esclarecimentos em benefício da cidade de Imperatriz. Em seguida, repassou a palavra para ao vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, na expectativa de encerrar a Tribuna Popular. O vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa reconheceu a complexidade de operar o transporte coletivo na cidade de Imperatriz, considerando a concorrência com diversos meios alternativos que garantem o deslocamento da população. Destacou que, apesar das dificuldades, é necessário pensar no desenvolvimento de Imperatriz como uma cidade grande, citando que cidades



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

desse porte investem continuamente em transporte em massa. Recordou sua experiência pessoal como mototaxista e enfatizou a importância de respeitar a população que depende desses serviços. Apontou a necessidade da presença de representantes do governo do Estado, do município e secretários das áreas de trânsito na audiência para que, juntos, possam buscar soluções práticas que atendam às reais necessidades da população. O edil Amauri Alberto Pereira de Sousa ressaltou que o transporte coletivo é fundamental para garantir o direito de ir e vir, principalmente para estudantes e idosos, que dependem diretamente desses serviços. Defendeu que o tema deve ser tratado com seriedade e boa política, sem politicagem, olhando sobretudo para as áreas mais periféricas da cidade, como Sebastião Régis. Relatou que desde 2009 acompanha o tema, que já foi objeto de várias audiências e enfrenta a questão da divisão dos modais de transporte, mototáxis, lotações, vans e ônibus —, que compartilham a demanda da população. Ressaltou que, embora não tenha contato direto com as empresas de ônibus nem reivindicações específicas, reconhece que elas geram empregos, renda e atendem ao direito de locomoção da população. Por fim, o parlamentar Amauri Alberto Pereira de Sousa criticou a postura de quem faz críticas superficiais para aparecer, mas conclamou à reflexão sobre a importância de considerar todos os modais de transporte, ressaltando que o crescimento de uma grande cidade depende de um sistema público de transporte coletivo de qualidade e em massa. Ao voltar a fazer uso da palavra, o parlamentar Whalassy de Oliveira Barros declarou concordância com parte da manifestação do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, porém destacou pontos de discordância, enfatizando o papel do Poder Legislativo como legítima voz da população. Ressaltou que, embora se preocupe com a situação do empresário e reconheça que é justo que ele receba valores devidos, sua prioridade é garantir o direito do cidadão de utilizar o transporte coletivo com regularidade e qualidade. Asseverou que a população não estava interessada em justificativas burocráticas, dívidas ou entraves administrativos, mas sim em ter assegurado o transporte diário. Destacou que, em vez de debater questões de débito da empresa ou do poder público, seria mais proveitoso discutir, por exemplo, a destinação de 3% de recursos da Prefeitura para subsidiar o transporte público urbano, prática comum em outras cidades. O vereador defendeu que, na audiência pública a ser realizada, seja assegurada também a participação de representantes da comunidade, dando como exemplo sua atuação na rede de proteção à pessoa idosa, de onde recebe constantes reclamações sobre a falta de respeito às paradas de ônibus. Relatou que muitos idosos são obrigados a caminhar longas distâncias por não haver pontos de parada próximos ou por os coletivos não respeitarem os locais de embarque. Por fim, o edil Whalassy de Oliveira Barros reforçou que a população deveria fazer uso da Tribuna Popular para expressar suas reivindicações, pois a Câmara Municipal existe justamente para dar voz aos anseios e necessidades dos cidadãos. A seguir, o edil Rubem Lopes Lima afirmou que, na qualidade de trabalhador e representante do povo de Imperatriz, considerava necessário assegurar direitos essenciais à população. Dirigiu-se diretamente ao presidente da Rátrans, José Gilson Caldas Neto,, considerando desrespeitosa a colocação feita por este ao afirmar, em plenário, que seria mais vantajoso investir quarenta milhões para



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

obter trezentos e oitenta mil de lucro. Destacou que a forma de gerir os recursos e a lucratividade da empresa cabia exclusivamente à administração da própria concessionária, não sendo esse o foco da discussão naquela Casa. Enfatizou que o assunto central é garantir ao cidadão transporte público de qualidade e pontualidade, especialmente para quem depende dos coletivos para chegar ao trabalho no horário devido, evitando longas esperas nas paradas, principalmente nos bairros mais distantes. Ressaltou que o trabalhador paga pela passagem e, portanto, deve ter o serviço correspondente. Reiterou que, conforme a divisão de poderes, cabe ao Legislativo fiscalizar e assegurar o cumprimento dos direitos do cidadão, enquanto a via para cobrança de débitos pela empresa é o Judiciário. Salientou que, caso a concessionária esteja insatisfeita, dispõe de prazo contratual para rescindir o contrato e recorrer à Justiça. Criticou a atual falta de qualidade e de quantidade de ônibus disponíveis, frisando que, enquanto o transporte coletivo não for aprimorado, a população continuará optando pelo transporte individual, o que contribui para o aumento de ruas congestionadas e intrafegáveis. Defendeu que um transporte coletivo eficiente estimularia a redução do uso de veículos particulares. Por fim, o edil Rubem Lopes Lima solicitou que o senhor José Gilson compareça à audiência pública munido de informações consistentes e soluções eficazes para Imperatriz, rejeitando justificativas teóricas ou lições de economia e história que, segundo ele, não representam adequadamente os interesses do povo. Ao se manifestar, o vereador Mesaac Cirqueira Santiago declarou que, na condição de empresário, reconhecia a importância das empresas para o funcionamento do transporte público, concordando integralmente com tal necessidade. Relatou ter feito uma comparação entre Imperatriz e Timon, ao ouvir a informação de que ambas as cidades contavam com frota de quarenta ônibus. Observou que, segundo os dados levantados por ele, Timon possuía cerca de cento e oitenta e dois mil habitantes, enquanto Imperatriz superava duzentos e oitenta e cinco mil, resultando numa diferença de aproximadamente cento e três mil habitantes, mas com o mesmo número de coletivos. Acrescentou ter apurado que Imperatriz dispunha de cerca de trinta e quatro mil usuários de transporte coletivo, questionando se esse dado coincidia com o apresentado pela empresa. Prosseguiu destacando que, na falta de infraestrutura adequada, ruas e estradas em boas condições, os ônibus inevitavelmente sofreriam avarias e prejuízos, responsabilidade que caberia ao Poder Executivo, enquanto ao Legislativo caberia fiscalizar, como a Câmara vinha fazendo coletivamente. Ressaltou que seria necessário unir todos os vinte e um vereadores, o prefeito, o vice-prefeito, os secretários competentes e os representantes da empresa concessionária, para, juntos, vivenciarem a realidade do transporte, utilizando os ônibus e constatando pessoalmente os problemas enfrentados pela população, como a ausência de ar-condicionado tanto nas paradas quanto nos veículos. Pontuou que não poderia acusar individualmente nem o diretor da empresa, nem o prefeito, tampouco os vereadores, pois compreendia que a responsabilidade era compartilhada e que a população precisava compreender como as coisas funcionavam na prática. Disse que sempre procurara defender o lado do povo, pois também se considerava parte da população. Adiantou que possuía o projeto de, futuramente, implantar um metrô em Imperatriz, reafirmando que a ideia não era



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

utópica, mas fruto de planejamento, ressaltando que o principal problema da cidade residia na ausência histórica de um projeto estruturado para o transporte coletivo. Comparou a situação local com Belém, exemplificando que naquela cidade as vias eram projetadas para permitir a circulação organizada de ônibus e veículos. Por fim, o vereador Mesaac Cirqueira Santiago enfatizou que era preciso lutar por soluções concretas, em vez de discussões infrutíferas que não conduzissem a um denominador comum, pois, em última instância, quem sofreria as consequências seria a população de Imperatriz. Ao retomar a palavra, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, solicitou a colaboração dos demais vereadores, lembrando que o momento correspondia a uma Tribuna Popular, mas que o debate já se estendera a ponto de encaminhar-se para uma audiência pública, após o que reforçou que os questionamentos de todos seriam devidamente abordados na audiência a ser marcada, de modo que pudessem ser respondidos pela Prefeitura, pela empresa concessionária e, se fosse o caso, pelo Governo do Estado. A seguir, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, pontuou que, caso houvesse questão de ordem, esta seria ouvida, desde que não implicasse a formulação de novos questionamentos que deveriam ser reservados para a audiência. Encerrando sua intervenção, concedeu a palavra ao vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa. Em nova intervenção, o parlamentar Amauri Alberto Pereira de Sousa pontuou que o ingresso do serviço de mototáxi em Imperatriz ocorreu devido à ausência de qualidade no transporte coletivo, fato que se repetira com a lotação, que também ocupava espaço em razão dessa deficiência. Enfatizou que a lacuna deixada pela precariedade do serviço público de transporte possibilitara a expansão de meios alternativos, agravando a situação atual. Sugeriu, de forma ilustrativa, que os próprios vereadores e servidores da Câmara assumissem o compromisso de utilizar, durante trinta dias, apenas o transporte coletivo para seus deslocamentos, afirmando que, na prática, muitos acabariam recorrendo ao mototáxi, lotação ou transporte por aplicativo, dada a incapacidade do sistema atual de atender adequadamente às necessidades. Manifestou concordância com a decisão do presidente de realizar uma audiência pública, reiterando que este seria o melhor caminho para se chegar a uma definição concreta. Reiterou que o público na ponta demandava qualidade e, na falta dela, migrava para alternativas como mototáxi, motouber, lotação e transporte por aplicativo. Por fim, o parlamentar Amauri Alberto Pereira de Sousa destacou que, segundo informações da empresa, esta não ampliava a frota ou melhorava o serviço por falta de condições financeiras, registrando que a própria concessionária alegava prejuízos. Defendeu que a audiência pública serviria para se buscar, em conjunto, o denominador comum para a solução do transporte coletivo, inclusive avaliando a possibilidade de atrair outra empresa disposta a operar em Imperatriz. Ao voltar a fazer uso da palavra, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, agradeceu novamente a oportunidade de participar do debate e reforçou o compromisso de que a empresa sempre atenderia aos convites quando fosse chamada a prestar esclarecimentos. Reconheceu que o transporte coletivo constituía tema extremamente sensível e afirmou ter plena compreensão dessa realidade. Observou que, em qualquer cidade do mundo onde o sistema de transporte coletivo funcionasse, seria normal haver lotações nos horários de pico, com



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

veículos transportando grande quantidade de passageiros, realidade que não seria exclusiva de Imperatriz. Ressaltou que, de forma geral, em qualquer grande centro urbano, como São Paulo, Rio de Janeiro ou Curitiba —, se questionado, o usuário raramente declararia satisfação plena com o serviço, sempre apontando problemas como tarifas elevadas ou necessidade de mais veículos. Considerou essa insatisfação algo inerente aos sistemas de transporte em massa. Defendeu, contudo, que soluções práticas demandariam diagnósticos específicos, e não críticas genéricas. Afirmou ser necessário identificar pontualmente onde e em que horários ocorriam as maiores dificuldades para, assim, a concessionária poder atuar com mais precisão. Ressaltou que algumas medidas dependeriam exclusivamente da Rio & New, outras somente do poder público e, por fim, várias ações resultariam de uma articulação conjunta entre ambos. Por fim, o presidente da Ratrans, José Gilson Caldas Neto, reiterou a disposição da empresa em colaborar com a formação de uma comissão mista, composta por representantes do Executivo e da concessionária, considerando tal iniciativa positiva para que se avançasse mais rapidamente na melhoria do sistema de transporte público de Imperatriz. Na sequência, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior agradeceu pela presença de todos os convidados que participaram da Tribuna Popular e informou que todos já ficavam convidados para a audiência pública que seria agendada posteriormente. Declarou permanecer no aguardo dos colegas vereadores para que fosse marcado o referido encontro, a fim de que se pudesse debater amplamente tema tão relevante para a cidade de Imperatriz. Destacou que, naquela Tribuna, ficara evidente o quanto a população necessitava de espaço para se expressar e manifestar suas demandas, reafirmando que aquela Casa Legislativa permaneceria aberta e reservaria o tempo necessário para ouvir a comunidade imperatrizense. Neste ínterim, em virtude do horário adiantado, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, sugeriu a apreciação em bloco das Indicações constantes do Expediente da Casa, proposta que foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a dar prosseguimento à leitura do Expediente da Casa, que abrangia, ainda, a apresentação, discussão e votação de treze Indicações: 508/2025, de autoria da vereadora Raymara Carvalho Lima Cruz, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da realização de serviços de drenagem, recuperação e pavimentação asfáltica da Rua Dom Manoel, no Bairro São José; 511/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Segurança Pública Integrada, Ricardo Seidel Guimarães, da criação de Patrulha Rural voltada à segurança e apoio ao produtor rural; 516/2025, de autoria do vereador Jhony dos Santos Silva, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao deputado estadual Wellryc Oliveira Costa da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria para o recapeamento asfáltico da Rua Dois Irmãos, no perímetro entre as Ruas Hermes da Fonseca e a Av. Dorgival Pinheiro de Dousa, na Vila Lobão; 533/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Antonio Esmeradhsom de Pinho da Silva, da realização de feira itinerante de emprego e capacitação profissional nos bairros de Imperatriz; Nº 535/2025, de autoria do vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior, ao superintendente de Iluminação Pública, Diego Ferrari, e ao representante da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S. A., da tomada de providências quanto à necessidade de posteamento na Rua São Paulo, no Bairro Maranhão Novo, bem como da execução de serviço de manutenção nos postes sem funcionamento ou sem lâmpadas; Nº 548/2025, de autoria da vereadora Renata Sousa Nascimento ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente de Iluminação Pública, Diegu Ferrari, da substituição das lâmpadas da iluminação pública por lâmpadas de LED na Av. Mutirão, no trecho entre a Av. Liberdade, no Parque Amazonas, e a Av. Nossa Senhora de Fátima, no Jardim das Oliveiras; Nº 558/2025, de autoria do vereador Rubem Lopes Lima, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da execução de obras de drenagem e pavimentação asfáltica ou bloqueamento, da Rua N, na Vila Ipiranga; Nº 573/2025, de autoria do vereador Whalassy de Oliveira Barros, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, e ao gerente regional da Companhia de Água e Esgoto do Maranhão, Pinheiro Júnior, da reconstrução do Porto da Balsa, com vistas a dotá-lo de infraestrutura portuária adequada, bem como da resolução do esgoto a céu aberto, também no Porto da Balsa, que deságua diretamente no rio Tocantins; Nº 578/2025, de autoria do vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, do provimento dos postos de saúde de atendimento médico diário, assim como do reajuste salarial dos médicos da Atenção Primária, conforme equiparação regional; Nº 581/2025, de autoria do vereador João Ferreira da Gama Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da recuperação, com a máxima urgência, da Av. do Contorno, na Vila Vitória; 583/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Administração e Modernização, Rômulo Andrade, e à secretária municipal de Educação, secretária municipal de Educação, Genilza Gomes Sipião, do estabelecimento de equivalência funcional de remuneração no vencimento-base de servidores da Secretaria Municipal de Educação que exercem funções de natureza operacional, em especial os cargos de merendeira, zelador(a) e vigia; 589/2025, de autoria da vereadora Terezinha de Oliveira Santos, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente de Limpeza Pública, Manoel Conceição de Almeida, da limpeza do pátio e dos arredores da Igreja São Pedro, bem como da execução de melhorias na iluminação pública, no povoado Petrolina, na Estrada do Arroz, tendo em vista a realização do 60º Festejo em Honra a São Pedro Apóstolo, que ocorrerá de 21 a 29 de junho; Nº 577/2025, de autoria do vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos, ao deputado federal Josivaldo dos Santos Melo, ao secretário estadual de Infraestrutura, Aparício Bandeira Filho, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da firmação de parceria



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

para o bloqueamento ou asfaltamento da Av. Santos Dumont, na Vila Nova. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a discussão, em bloco, as Indicações constantes da Pauta. Ao se manifestar, o vereador Elias Ferreira de Holanda Júnior, se referiu à Indicação [Nº 578/2025] de sua autoria para lamentar as deficiências verificadas no atendimento prestado nos postos de saúde do Município, assim como do baixo salário pago aos médicos que prestavam esse atendimento, o qual julgou imoral, de forma que se fazia necessário o provimento de atendimento médico diário na atenção primária, assim como reajuste dos proventos desses profissionais. Ao fazer uso da palavra, o edil Francisco Messias da Silva solicitou permissão para subscrever a matéria. Ao se manifestar, o vereador Adriano Lima Brito considerou estranho que os médicos lotados na atenção básica cumprissem jornada de vinte horas, mas eram coagidos a assinar registro de quarenta horas, ao que a parlamentar Rosângela Aparecida Barros Curado redarguiu que, em verdade, a jornada era de doze horas, o que o edil Adriano Lima Brito considerou mais lamentável ainda e apontou a necessidade de esclarecimento dessa denúncia. A esse respeito, o vereador Rodrigo Silva de Medeiros Passos se referiu a reunião agendada para aquela data, às 20 horas, na Câmara Municipal, para tratar da problemática em foco, momento em que frisou que, em virtude da gravidade da denúncia, todos os vereadores deveriam comparecer à referida reunião. Logo depois, o edil Francisco Messias da Silva, lamentou que houvesse disparidade injusta entre os vencimentos-base de servidores da Secretaria Municipal de Educação que exerciam funções de natureza operacional, em especial os cargos de merendeira, zelador(a) e vigia, o que exigia providências com vistas a sanar essa injustiça [Indicação Nº 583/2025]. Nesta ocasião, o vereador João Ferreira da Gama Júnior frisou a relevância da recuperação, com a máxima urgência, da Av. do Contorno, na Vila Vitória [Indicação Nº 581/2025]. Instantes depois, o edil Whalassy de Oliveira Barros reclamou das más condições do Porto da Balsa, onde se fazia necessária a execução de obras que o dotassem de infraestrutura portuária adequada, bem como da resolução do esgoto a céu aberto, também no Porto da Balsa, que desaguava diretamente no rio Tocantins [Indicação Nº 573/2025]. Em seguida, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, que assinalou a importância da realização de feira itinerante de emprego e capacitação profissional nos bairros de Imperatriz, tendo em vista oferecer oportunidades aos jovens imperatrizenses [Indicação Nº 533/2025]. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação, em bloco, as Indicações constantes da Pauta, que foram aprovadas pela unanimidade dos edis presentes. Nesta oportunidade, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior comunicou que, no dia seguinte, 13, sexta-feira, ocorreriam, nas dependências da Câmara Municipal, a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde - Semus; no dia 16, segunda-feira, seria realizada a prestação de contas da Secretaria Municipal de Fazenda - Sefazgo; e, no dia 27, haveria reunião referente ao Plano Plurianual - PPA. A esse respeito, informou que todas as datas já se encontravam disponíveis no grupo de comunicação dos parlamentares. Lembrou, ainda, que, conforme aviso prévio, a Equatorial Energia realizaria desligamento programado na região, motivo pelo qual a Câmara ficaria sem fornecimento de energia elétrica durante todo o



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

dia seguinte, não havendo, portanto, sessão, ficando os servidores dispensados de suas atividades. Acrescentou que a publicação oficial seria providenciada e a informação seria divulgada também nas redes sociais institucionais. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a Ordem do Dia, que constava de única discussão e votação dos Projetos de Lei Ordinária: Nº 51/2025, de autoria da Mesa Diretora, que “Regulamenta a Escola do Legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Imperatriz, estabelecendo sua estrutura organizacional, objetivos, funcionamento, fontes de recursos e demais diretrizes para a sua execução, conforme a Lei Ordinária Nº 2.053/2024, e dá outras providências”; Nº 57/2025, de autoria da Mesa Diretora (Adhemar Alves de Freitas Júnior, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Whelberson Lima Brandão), que “Altera o art. 11, II, alínea “a”, art. 12, II, alínea “a”, IV, alínea “a”, VI, alínea “a”, VII, alínea “a”, todos da Lei Ordinária Nº 1.888/2022 e cria o cargo de assessor de liderança de governo na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Imperatriz, e dá outras providências”; Nº 9/2025, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a autorização para a abertura de Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação ao Orçamento Anual de 2025”. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o segundo-secretário, Whelberson Lima Brandão, a proceder à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, que incluíam Pareceres das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favoráveis aos Projetos de Lei Ordinária Nº 51/2025 e Nº 09/2025; e Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, favorável ao Projeto de Lei Ordinária Nº 57/2025. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a única discussão o Projeto de Lei Ordinária [Nº 51/2025] de sua autoria, quando lembrou que a proposição já fora bastante discutida nas Comissões Permanentes e observou que se tratava de apenas uma emenda a Lei [Ordinária Nº 2.053/2024] já existente. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a única votação nominal o Projeto de Lei Ordinária Nº 51/2025, que foi aprovado pela unanimidade dos vereadores participantes: Terezinha de Oliveira Santos, Mesaac Cirqueira Santiago, Jhony dos Santos Silva, Francisco Messias da Silva, Whalassy de Oliveira Barros, Jorgiana Pinheiro Sousa, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Adriano Lima Brito, Rosângela Aparecida Barros Curado, Renata Sousa Nascimento, Raymara Carvalho Lima Cruz (*on line*), Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a única discussão o Projeto de Lei Ordinária Nº 9/2025, quando lembrou que essa matéria já havia também sido bastante discutida na Casa. Como ninguém mais se manifestasse, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a única votação nominal o Projeto de Lei Ordinária Nº 9/2025, que foi aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes, na seguinte ordem: Amauri Alberto Pereira de Sousa, Jhony dos Santos Silva, Alcemir da Conceição Costa, Mesaac Cirqueira Santiago, Aurélio Gomes da Silva, Whelberson Lima Brandão, Francisco Messias da Silva, Jorgiana Pinheiro Sousa, Whalassy de



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Oliveira Barros, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Terezinha de Oliveira Santos, Adriano Lima Brito, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Rosângela Aparecida Barros Curado, Renata Sousa Nascimento, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Imediatamente, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, expôs a única discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 57/2025, ocasião em que, como não se registrasse nenhum pronunciamento, submeteu-o a única votação nominal, quando foi aprovado pela unanimidade dos vereadores presentes, na seguinte ordem: Jhony dos Santos Silva, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Mesaac Cirqueira Santiago, Rodrigo Silva de Medeiros Passos, Whalassy de Oliveira Barros, Francisco Messias da Silva, Jorgiana Pinheiro Sousa, Whelberson Lima Brandão, Terezinha de Oliveira Santos, Adriano Lima Brito, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Rosângela Aparecida Barros Curado, Renata Sousa Nascimento, Rubem Lopes Lima, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando nenhum dos presentes se inscreveu. Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 11 de junho de 2025.


Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente


Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente


Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente


Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário


Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário